

UniCEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACE – FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR: MARIA CATARINA PIRES-DE-MELLO
TURMA: C TURNO: MAT.

INGRID AGUIAR PONTE RA.4026312/8
JOSIANE ALCÂNTARA LEITE RA. 4030152/4
KARINA ROBERTO DA SILVA RA.4026353/0

**ESTUDO ACERCA DOS CONCEITOS DE LETRAMENTO E
ALFABETIZAÇÃO: um estudo de caso em uma turma da série da escola classe 16 do
Gama-DF**

Brasília, 2005.

INGRID AGUIAR PONTE RA.4026312/8
JOSIANE ALCÂNTARA LEITE RA. 4030152/4
KARINA ROBERTO DA SILVA RA.4026353/0

**ESTUDO ACERCA DOS CONCEITOS DE LETRAMENTO E
ALFABETIZAÇÃO: um estudo de caso em uma turma da série da escola classe 16
do Gama-DF**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB
como parte das exigências para
conclusão do Curso de pedagogia –
Formação de Professores para as
Series Iniciais do Ensino Fundamental
– Projeto Professor Nota 10.

Orientador: Maria Catharina Pires-de-
Mello

Brasília, 2005

A Deus por ser a essência de nossas vidas. Aos
nossos pais, irmãos, filhos e sobrinhos.

A Deus por ter sido nossa fonte inesgotável de força e sabedoria. Aos nossos familiares pela paciência e força. Aos amigos que sempre estiveram ao nosso lado nos apoiando.

Aos professores, que durante todo o curso não mediram esforços ao colaborar com o progresso de seus alunos, pois contribuíram e muito para o desenvolvimento de cidadão mais conscientes e mais capacitados para ser melhores mediadores de conhecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivos pesquisar a relação de alfabetização e leitura em alunos das series iniciais, as causas que levam alunos alfabetizados a terem problemas na leitura; e estabelecer a relação entre leitura e letramento. A questão norteadora refere-se a importância do letramento na formação do cidadão crítico e participativo frente às necessidades cotidianas tornando-o capaz de fazer uso da leitura nas mais diversas situações, seja em sociedade ou individualmente. O letramento surgiu devido a insatisfação com a simples alfabetização, não fazendo com que o processo de escolarização fosse desvalorizado, mas sim complementando-o, pois letramento e alfabetização devem acontecer simultaneamente. A prática da leitura consiste em um instrumento fundamental para a formação do indivíduo letrado, tornando-o capaz de compreender o que lê.

Palavras- chave: letramento; alfabetização; leitura; escolarização

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 07 |
| CAPÍTULO I | |
| 2 - LEITURA NO BRASIL..... | 09 |
| 1.1 – A Leitura na sociedade..... | 09 |
| 1.2 – A prática da leitura no Brasil..... | 12 |
| 1.3 – Índice de leitura no Brasil..... | 20 |
| CAPÍTULO II | |
| 2 - LETRAMENTO..... | 24 |
| 2.1 – Como definir?..... | 25 |
| 2.2 – Como a avaliar e como medir?..... | 26 |
| CAPÍTULO III | |
| 3 – LETRAMENTO, ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO..... | 31 |
| 3.1 – Semelhanças e diferenças entre letramento, alfabetização e escolarização..... | 31 |
| CAPÍTULO IV | |
| 4 – ESTUDO DE CASO..... | 35 |
| CONCLUSÃO..... | 43 |
| REFERÊNCIAS..... | 45 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa partiu da necessidade de conhecer, discutir e levar a uma reflexão sobre o que é letramento, sua relação com a alfabetização e sua importância na vida social do indivíduo. Pretendemos identificar a função da escolarização na formação do sujeito letrado como também, sua influência nos índices de leitura e o hábito de leitura, ou seja, sua prática no Brasil, assim como a identificação dos diversos conceitos de letramento.

A palavra letramento surgiu recentemente devido à insatisfação de abrangência do conceito de alfabetização, pois, atualmente a sociedade anseia pela prática social da leitura e escrita, ou seja, o uso cotidiano destas atendendo aos interesses e necessidades individuais e sociais. O letramento é, pois, um processo contínuo, não podendo ser medido e/ou avaliado em apenas um momento. Existem diversas maneiras de avaliar e medir os níveis de letramento, porém, são na maioria das vezes pouco eficientes.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. O primeiro parte da reflexão de que a leitura é imprescindível para a formação do cidadão crítico e participativo na sociedade, é natural que a formação do leitor requeira incentivos, porém, estes por si só, não têm mecanismo para resolver o problema, visto que as pesquisas comprovam que a sociedade encontra-se carente de acesso a materiais de leitura e também eventos culturais, o que desfavorece a grande maioria da sociedade não permitindo que estas se tornem letradas. Discute-se, nesse capítulo, o fato de a educação que tem sido oferecida à maioria da população apresenta-se limitada, pois, o entorno cultural variado e de qualidade não é ofertada à população. O aprimoramento e a busca por conhecimento e novas experiências são deixados à própria sorte visto que o acesso ao teatro, à música, a dança, ao livro e ao cinema são elitizados. O primeiro capítulo finaliza na reflexão centrada nos índices de letramento identificados pelo PISA, SAEB, INAF, demonstram a baixa proficiência de leitura e escrita.

No segundo capítulo, propusemo-nos a discutir o letramento e sua definição e como se operacionalizam as medições.

O terceiro capítulo, traz a reflexão acerca das semelhanças e diferenças entre letramento, alfabetização e escolarização. A alfabetização é vista apenas como a compreensão do sistema alfabético, ortográfico, ou seja, simplesmente saber ler e escrever com autonomia. O letramento é considerado como a prática social da leitura e da escrita, sendo imprescindível para a vida em sociedade. Letramento e alfabetização, apesar de terem conceitos diferentes, devem somar-se no processo de escolarização, mesmo que tenham início em diferentes momentos e que o primeiro dure por toda vida, sendo que o segundo se concentra nos primeiros anos de escolarização.

O capítulo quatro é referente ao estudo de caso realizado em uma turma de 4ª série da Escola Classe 16 do Gama da SEDF. A turma avaliada é composta por 25 alunos; a avaliação aplicada constitui-se de texto informativo, 4 questões de múltipla escolha e 2 dissertativas. O texto utilizado possui linguagem adequada ao gênero informativo, propõem estabelecer uma relação como leitor. Esclarecendo que as aranhas grandes e peludas não são as mais perigosas. A linguagem utilizada apresenta-se simples e de fácil entendimento. Nas questões objetivos os alunos apresentaram melhor resultados que nas questões dissertativas nas quais se fez necessário a reflexão sobre o texto, observamos que os alunos em sua maioria conseguem interpretar o que lêem, porém algumas vezes cometem erros por não fazerem uma releitura do texto.

O desenvolvimento da pesquisa proporcionou reconhecer algumas fragilidades da escola brasileira que conseqüentemente influênciam os índices de letramento; o pouco acesso da sociedade de baixa renda a cultura e principalmente ao contato com materiais impressos como livros, entendemos que o investimento na educação necessita ser prioritário, assim, conduzindo o indivíduo a prática social da leitura e escrita, assegurando o alavanca do desenvolvimento do país.

CAPÍTULO I

1 – LEITURA NO BRASIL

1.1 - A leitura na sociedade

Uma pesquisa sociológica sobre hábitos de leitura, realizada no Rio de Janeiro por Carlos Alberto Medina e por M.L. Rodrigues Almeida, mostrou que os indivíduos da classe C não lêem; os da classe B preferem assistir televisão; os da classe A, por que têm acesso à compra de livros, são os que realmente lêem.

O professor brasileiro, dada a sua condição de oprimido também é um carente de leitura. O salário não é suficiente para comprar livros e enriquecer o acervo de sua biblioteca profissional; o número excessivo de aulas bloqueia momentos para leitura; não existe biblioteca especializada nas escolas; os cursos de licenciatura se “esquecem” de propor elementos sobre a teoria da leitura.

Há muita gente que está profundamente iludida quando pensa que uma criança, que vai se alfabetizar, não lê. Ela não lê a palavra, mas ela lê o mundo. O processo da sua alfabetização dar-se-á na medida em que a leitura da palavra de insira na leitura do mundo e continue a estimular a continuidade da leitura do mundo. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” e a leitura desta implica continuidade da leitura daquela.

No fundo, esse conjunto de representações de situações concretas possibilita aos grupos populares uma leitura da “leitura” anterior do mundo, antes da leitura da palavra. Na alfabetização que se segue, continua a leitura do mundo pela leitura da palavra.

A leitura tem sido historicamente, um privilégio das classes dominantes; sua apropriação pelas classes populares significa a conquista de um instrumento imprescindível não só à elaboração de sua própria cultura, mas também à transformação de suas condições sociais. Sua apropriação pelas classes populares apresenta uma série de problemas, alguns de natureza técnica, outros de natureza ideológicas, que têm de ser enfrentados no

momento e no espaço em que essa apropriação é sistematicamente promovida: no momento em que se ensina leitura na escola.

Crianças e pais das camadas populares vêem a aprendizagem da leitura como um instrumento para obtenção de melhores condições de vida, a leitura é avaliada em função de interesses utilitários. Já crianças e pais de classes favorecidas vêem a leitura como mais uma alternativa de expressão, de comunicação, nunca como exigência do e para o mundo do trabalho. Pesquisas têm demonstrado que, para as classes populares, a leitura se apresenta como uma qualificação necessária para atender ao modo de produção das sociedades contemporâneas e para responder às exigências da cultura dominante. Sabe ler “para arranjar serviço”, “para saber onde a gente pode entrar e onde não pode entrar”, “para não precisar pedir a outro que leia a carta que a gente recebeu”, “para entender documentos e, assim, não serem enganado” - são respostas típicas, entre as obtidas de alunos e pais de alunos de classe popular em pesquisa desenvolvida na Faculdade de Educação da UFMG. Em oposição, alunos e pais de alunos das classes privilegiadas apontam a importância da leitura “como forma de lazer”, “para obter informações sobre outros lugares e outros povos”, “para socializar-se”, “para integrar-se melhor no mundo”.

A escola tem atribuído ao ensino da leitura objetivos que respondem ao conceito que têm as classes privilegiadas: leitura como objeto de fruição, leitura como instrumento de circulação de conhecimentos, leitura como forma de participação social. É só na escola que os alunos das classes populares vêm a ter contato com essas modalidades cultas, a cujo domínio o ensino pretende levá-los. A aquisição e o desenvolvimento da leitura, para esses alunos, significa, por simultaneamente, um novo dialeto social.

Alem de favorecer os dialetos socialmente privilegiados, o material de leitura usado na escola veicula, também, a visão de mundo, os valores e os comportamentos socialmente privilegiados, que não são, pois, a visão de mundo, os valores e os comportamentos das classes populares. A própria interação do aluno proveniente das classes populares com o objetivo cultural livro é muito diferente da interação que com esse objeto mantêm os alunos provenientes das classes socialmente privilegiadas. Para estes, o livro, em geral, é objeto cultural conhecido, com que convivem desde cedo; ao contrario, do contexto de vida dos alunos oriundos das classes populares raramente faz parte o livro.

O ensino da leitura para as classes populares não tem levado em conta esse dado cultural; talvez coerentemente com a sua função de servir às classes dominantes, as escolas freqüentadas pelas classes populares com freqüência sonégam exatamente a estas o convívio com o livro: não tem biblioteca, ou, quando a têm, mitificam o livro, circundando de recomendações e cuidados ao seu uso. Age assim até mesmo em relação ao livro didático, único livro que, em geral, alunos das classes populares chegam a possuir: com base em frágeis argumentos de natura econômica, mitifica-se o livro didático, impedindo-se o diálogo com ele, e expropria-se o aluno de sua posse, recomendando-se sua preservação para futuros possuidores.

O leitor vai se formando no decorrer de sua existência, em suas experiências de interação com o universo natural, cultural e social em que vive. A leitura é um ato cultural em seu sentido amplo, que não se esgota na educação formal tal como esta tem sido definida. Deve-se considerar a relação entre o leitor e o conhecimento, assim como a sua reflexão sobre o mundo. Visando originar no espaço dado para que ele mesmo elabore sua relação com a leitura, ou seja, é preciso não tirar seu poder de decisão, não pretender estar no seu lugar. Isso significa seguir o mais elementar princípio pedagógico que diz que o processo de aprendizagem do aluno é distinto do método de ensino proposto para ele. Uma vez que ele tem seu processo de aprendizagem, o método de ensino deve apenas servir para lhe propiciar condições para que seu processo se desenvolva. O método não deve se sobrepor ao processo, mas se articular com ele.

Os professores devem propor uma organização curricular que permita ao aluno trabalhar em sua própria história de leitura. Desafiar a sua compreensão e ao mesmo tempo lhe fornecer-lhe as condições para que esse desafio seja assumido de forma conseqüente. E, para isso, não se pode prescindir da convivência múltipla, aberta e total com textos, ou seja, bibliotecas, arquivos, coleções, recortes, etc., que devem estar à inteira disposição dos alunos. Tendo acesso a um material variado, e que ele ajuda a constituir como material didático, terá também uma visão crítica dele e a consciência da provisoriedade desse material enquanto instrumento para o conhecimento de algo. Com essas condições de ensino, e deixado um espaço para que o aluno-leitor elabore suas experiências de leituras, a partir de suas condições de vida, esse aluno determinará a forma de apropriação desse instrumento que é a leitura, o que permitirá que, sendo ele das classes

populares, essa classe se construa e se represente em sua história de leituras, que a classe dominante desconhece.

A idéia de que a leitura é um ato solitário, ou de que é uma relação do leitor com o texto, ou do leitor com o autor, isolado do contexto social, é falsa historicamente. A leitura como um ato solitário, um ato individual, é uma visão contemporânea. Historicamente a leitura foi sempre um ato social. Ela é uma interação verbal de indivíduos e indivíduos socialmente determinados. O leitor de um lado, com o seu universo, com seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros e, de outro lado, o autor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros. Entre autor e leitor há uma enunciação ou diálogo, poderíamos dizer.

1.2 – A Prática da leitura no Brasil

A leitura nunca é uma atividade abstrata, sem finalidade, embora seja freqüentemente estudada deste modo por pesquisadores e teóricos e, infelizmente, ainda seja ensinada deste modo para muitos aprendizes. Os leitores sempre lêem algo, lêem com uma finalidade; a leitura e sua memorização sempre envolvem emoções, bem como conhecimento e experiência.

O significado da palavra “leitura”, em todos estes sentidos, depende de tudo que está ocorrendo, não somente do que está sendo lido, mas do porquê de um determinado leitor está lendo. A leitura depende de relevância da especificação que o leitor faz do texto, onde, as questões particulares podem variar desde as implicações de uma única palavra até questões relacionadas ao estilo simbolismo e visão de mundo, do autor.

A base da leitura fluente é a habilidade para encontrar respostas, na informação visual da linguagem escrita, para as questões particulares que estão sendo formuladas. A linguagem escrita faz sentido quando os leitores podem relacioná-la ao que já sabem e a leitura é interessante e relevante quando pode ser relacionada ao que o leitor deseja saber. Quanto mais lemos, mais somos capazes de ler, a cada vez que um novo texto é lido, algo novo tende a ser apreendido e a experiência aumenta a habilidade para ler espécies diferentes de textos.

A leitura é mais do que somente uma experiência agradável, interessante e informativa. As conseqüências gerais são um aumento na memória e conhecimento específico, com os livros recordamos o que compreendemos e o que nos é significativo.

A experiência na leitura leva a mais conhecimentos sobre a própria leitura. Não é surpreendente, portanto, que estudantes que lêem muito tendam a ler melhor. (Anderson, Hiebert, Scott & Wilkinson, 1985).

Os mesmos pesquisadores também relatam que os estudantes que lêem mais também tendiam a apresentar vocabulários maiores, melhores “habilidades de compreensão”, e em geral desempenhavam melhor em uma gama de assuntos acadêmicos. Em outras palavras, a leitura torna as pessoas mais críticas.

A leitura é pensamento que está em parte focalizado sobre a informação visual impressa; é pensamento que é estimulado e dirigido pela linguagem escrita. A única vez em que tentamos ler sem pensar é quando o texto que estamos tentando ler não nos faz sentido é uma situação que tende a não persistir em circunstâncias normais. Uma imensa vantagem da leitura sobre o pensamento em outras circunstâncias é o controle que esta oferece sobre os eventos. Os leitores podem reviver experiências, tão freqüentemente quanto desejarem, e examinarem-nas a partir de muitos pontos de vista. Os leitores podem até mesmo, saltar sobre algumas experiências que não tem interesse em viver, ou que interromperiam seu fluxo de pensamento. Os leitores têm poder.

“Um país se faz com homens e livros” (Monteiro Lobato).

No período colonial não tínhamos, no Brasil, nenhum instrumento cultural que garantissem a produção e a circulação da literatura, bibliotecas e escolas eram privilégios das ordens religiosas. Na época em que a atividade editorial estava se expandindo na Europa, na segunda metade do século XVIII, a Metrópole proibiu o funcionamento de prelos e extinguiu as possibilidades da implantação desse ramo da indústria na América.

Em 1822, com a separação de Portugal, embora tenha aumentado consideravelmente os esforços em prol da ampliação do número de editoras, jornais e bibliotecas, o sistema educacional permaneceu frágil, e a manutenção do regime escravocrata até quase o final do século impediu a popularização da escola.

A carência cultural afeta nossa identidade, ou, ao menos a afirmação dela perante a sociedade. Desde a independência, sucedem-se iniciativas artísticas e ideológicas com o intuito de assegurar à nação brasileira sua diferença em relação aos demais povos, sua personalidade e originalidade.

Eis talvez a razão de termos presenciado, ao longo de 100 anos de república, a outra seqüência de iniciativas, estas com o objetivo de superar as deficiências do sistema de produção, circulação e consumo de livros. Durante esse século não faltaram projetos, mas é possível restringirmo-nos aos mais recentes, que assumem a condição de representantes do conjunto completo.

Oriundo do poder público federal é o projeto de financiamento de publicações de obras literárias, por intermédio do Instituto Nacional do Livro. Este implantou, nos anos 70, uma política de co-edições que patrocina parte do custo de produção de textos, responsabilizando-se também pela distribuição de sua cota de livros, procurando, com isso, suprir bibliotecas públicas nos níveis estadual e municipal.

Igualmente vinculada ao governo federal é a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), ex-FENAME, que desde a década de 70, coordena um amplo programa de aquisição e distribuição de livros didáticos dirigidos a escolas públicas carentes. Mas recentemente, o mesmo órgão diversificou sua atuação, assumindo o programa “Salas de Leitura”, a quem compete a seleção, compra e distribuição, entre alunos freqüentadores do ensino público, de textos destinados a crianças e jovens.

A iniciativa privada não se omitiu dos problemas e implantou os programas “Ciranda de Livros” e “Viagem à Leitura”, que reproduzem a seqüência indicada acima: compra de obras destinadas à infância e juventude já existentes no mercado e posterior doação delas as escolas pobres. Peculiar a esses projetos é a cooperação, por meio de

publicidade, dos meios de comunicação de massa, que assim caracterizam seu apoio aos objetivos do trabalho e garantem sua difusão. Da sua parte, a Câmara Brasileira do Livro preocupou-se, em 1988, com a atuação dos professores encarregados de formação de leitores, sobretudo os de língua e literatura, promovendo em várias regiões do país cursos de treinamento e atualização.

Também os programas públicos antes relacionados voltaram-se à formação de professores, seja de modo direto, através da realização de cursos, conforme procedeu inicialmente o “Salas de Leituras”, associado às Secretarias de Educação, seja de modo indireto, através da elaboração de instruções didáticas e guias de aplicação a serem utilizados pelos docentes dos alunos beneficiários dos projetos. Isso sugere que, sem a cumplicidade entre o sistema editorial e as escolas, não se sustentam as políticas de promoção da leitura no Brasil. Eis por que, se esse quer ser um país, precisa de livros, boas bibliotecas, como a do Congresso americano, e também boas escolas.

Ao nível do ensino, os projetos não foram poucos, e os anos 70, igualmente pródigos: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) mobilizou notáveis recursos financeiros e humanos para resolver o problema do analfabetismo; a reforma educacional de 1971 alterou a situação da literatura em sala de aula, estimulando o aproveitamento de textos atuais, e não apenas os consagrados pela crítica, junto aos estudantes, insistiram na valorização da literatura brasileira, e propiciou o aumento do consumo, ao menos entre a população escolar, da prosa e poesia nacionais mais contemporânea.

Pesquisas brasileiras mostram ser a escola uma das responsáveis pelo afastamento entre estudantes e livros. O motivo são professores ruins e livros ruins. Talvez os livros bons pudessem, mesmo com professores ruins, salvar alguns leitores pelo caminho ou, no mínimo, gerar conflitos dentro da escola.

A ALB – Associação de Leitura no Brasil – surgiu em 1981, com objetivos de atuar junto às pessoas ligadas ao mundo da leitura – principalmente professores e bibliotecários – e de lutar pela democratização da leitura no território nacional. Naquela época acreditou-se que os representantes do mundo editorial brasileiro iriam demonstrar

um forte interesse pelos trabalhos. Essa crença advém de três motivos básicos, tidos pela ALB como irrefutáveis: o livro não tem valor prático se não for lido; a produção do livro só tem razão de ser se for levada em conta a natureza comunicativa do texto e, portanto, das idéias que carrega ou transporta; raramente volta-se a projetos que procuram ampliar o número de leitores, esse objetivo, vale lembrar, é sempre social e político, a menos que se queiram vender mais livros a um público já constituído, habituado a comprá-los.

O diálogo entre a ALB e os editores e livreiros, que poderia unir os pólos da produção e da recepção da cultura impressa neste país, tem sido mínimo ou praticamente inexistente. Mesmo tendo tido a participação de renomados editores em debates de alguns dos setes Congressos Nacionais de Leitura e mesmo produzido um conjunto significativo de conhecimentos sobre a leitura neste país, raramente os editores procuraram, a ALB, para conversar a respeito da problemática da leitura no Brasil.

As ações da ALB, seja na área de eventos e/ou publicações, mostram que uma parcela significativa de professores e bibliotecários está preocupada em discutir e aprofundar diferentes aspectos da problemática da leitura. Isso pode ser medido pelo crescente número de participantes nos Congressos Bianuais de Leitura, das inscrições de comunicações que resultam de estudos e pesquisas específicas e na manutenção de um quadro suficiente de associados.

A ALB propõe e firma convênios com entidades e fundações internacionais, como a IRA (EUA), Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal), Fundação Ruipérez (Espanha) e várias outras, no intuito de intercambiar pesquisas e conhecimentos na área da promoção da leitura. A ALB esforça-se, sem dúvida, em ampliar o número de leitores nas diferentes regiões do país, principalmente a partir de um trabalho feito junto aos professores e ao alunado brasileiro. Apesar da escola ter sido e ainda ser o maior sustentáculo de sobrevivência de muitas editoras deste país, seja através de vendas ou de volumosas encomendas feita pelo Estado para posterior distribuição gratuita, este tipo de união e atendimento não tem levado a absolutamente nada em termos de mudança ou de transformação da leitura no contexto escolar e, por extensão, da leitura na sociedade em geral.

Não houve, até o momento, uma mudança qualitativa do leitor escolarizado e nem do professor – este talvez leia bem menos do que seus próprios alunos, frente a certos produtos que lhes chegam às mãos. É momento de se pensar em outros parceiros de luta – associações e fundações pertinentes, pesquisadores, os próprios estudantes que consomem os livros etc – que, mesmo não trazendo retorno financeiro imediato, podem, a médio e longo prazo, levar as pessoas a freqüentarem as poucas livrarias deste Brasil.

Como se percebe, não faltaram, nos últimos 20 anos, programas, movimentos e leis visando à mudança de nossos quadros culturais, voltados alguns à educação, outros aos processos de produção e circulação de livros. Verifica-se a intenção, por um lado, de melhorar o desempenho dos leitores existentes (os professores) e, por decorrência, interferir na formação do público, constituído principalmente pelo contingente estudantil, por outro, de fornecer material de leitura acessível e interessante, a fim de consolidar, no âmbito do consumo, os efeitos obtidos pela ação pedagógica.

No entanto, o problema persiste: as intenções, por melhores que tenham sido, parecem chegar a resultados parcos, às vezes contraproducentes, segundo se constata, se analisam os produtos do MOBRAL ou da reforma de ensino. As causas do fracasso talvez não estejam nos próprios projetos, e sim em circunstâncias bem mais amplas, incontornáveis por quem propõe aquelas iniciativas: o modelo econômico, em que se apóia na concentração da renda, extremando a polarização da estrutura de classes da sociedade brasileira e deixando grande parte da população sem condições de sobreviver, nem de comprar livros.

Além disso, o aparelho escolar continua insuficiente em quantidade, mal equipado em termos de recursos financeiros e humanos, inseguro no que diz respeito a objetivos, currículos e programas. A pobreza e a ineficiência da escola tornam-se tanto mais gritantes, quanto mais o desempenho dos órgãos ligados ao ensino contrasta com o dos meios de comunicação de massa, abundantes, competentes em seus propósitos, altamente difundidos e aceitos sem discriminação.

A pobreza dos consumidores, estejam eles associados ou não ao ensino, é talvez o problema fundamental com que se deparam os projetos examinados. Por isso,

caracterizam-se por procurar baratear custos e reforçar a formação dos professores, tão carente quanto apressada. Definem-se, pois, por seu empenho em compensar lacunas acumuladas com o tempo, mas vêm-se perante a persistência das dificuldades iniciais, razão pela qual se reproduzem sob outras máscaras sem chegar a uma solução.

Supõe-se que a atitude conformista não seja desejável, pois a conquista da identidade e autonomia nacional depende também da superação de falhas culturais. Portanto, não se trata de abdicar da noção de que projetos que tenham em vista aquele objetivo se fazem necessários.

Por outro lado, talvez não convenha repetir práticas já experimentadas, a não ser para avaliar seus equívocos e tentar, a partir delas, formular novos caminhos. Nesse limiar de década e diante da hipótese de conclusão da chamada “transição democrática”, cresce a expectativa de que projetos inovadores se apresentem.

A atividade de leitura se faz presente em todos os níveis educacionais das sociedades letradas. Tal presença sem dúvida marcante e abrangente começa no período de alfabetização, quando a criança passa a compreender o significado potencial de mensagens registradas através da escrita. Após esta fase de iniciação, o aluno continua a se encontrar com livros-textos, ao longo de toda sua trajetória acadêmica.

Para que o hábito da leitura se desenvolvesse seria necessário que as escolas e as famílias brasileiras permitissem o acesso ao livro. Porém a maioria das escolas públicas não possuem bibliotecas e aquelas que possuem, são geralmente mal utilizadas; o preço dos livros está além das possibilidades econômicas dos alunos, não são todos os professores que sabem orientar adequadamente a leitura. Como incentivar, se os próprios meios não são fornecidos às escolas?

A situação da leitura no Brasil é bastante contraditória: convivem, lado a lado, a preparação “carente” do professor de leitura e as recomendações irrealistas das autoridades educacionais. A política é a do “deixa como está para ver como fica”, aumentando dia a dia o volume da crise. Com isto em mente, pergunta-se: será que os cursos de preparação de professores não deveriam dar mais atenção ao ato de ler como

parte fundamental da educação dos alunos? Será que as recomendações governamentais não deveriam atingir o nível das ações concretas?

Enquanto que em outros países a leitura, vista como parte indispensável e fundamental da educação do indivíduo, vem recebendo a atenção que realmente merece, no Brasil foram poucos aqueles que dispuseram a refletir sobre o problema. Só nos Estados, por exemplo, foram publicadas 1.588 pesquisas na área de leitura no período de 1.975 – 1.977.

O panorama da pesquisa sobre leitura no Brasil é bem diferente: nos dois levantamentos sobre educação brasileira, feitos por Aparecida Joly Gouveia, constatam-se nada mais que 50 pesquisas sobre leitura, sendo a maioria voltada ao processo de alfabetização. Em termos de resultados de pesquisa, pouco ou quase nada se sabe sobre a problemática da leitura nos três níveis educacionais.

As raras indicações sobre as leituras realizadas pelos alunos brasileiros, surgidas em estudo ou levantamentos isolados, são bastante desoladoras.

As crianças quase não lêem mais livros. Os adolescentes também não. (MIRANDA, 2000, p.31).

Esta conclusão foi tirada depois que autores entrevistaram 150 alunos dos 1º e 2º grau do bairro de Santana (SP), crianças e adolescentes que, economicamente falando, não estariam impossibilitados de ler.

As pesquisas educacionais brasileiras voltadas, à problemática da leitura deixam muita a desejar – quantitativamente falando, com raras exceções, existem levantamentos superficiais, constando o óbvio, ou seja, que são poucos os leitores no Brasil. Assim, por falta de dados teóricos e empíricos mais iluminadores, perde-se a possibilidade de uma pedagogia mais eficiente para a leitura realizada nas escolas.

Em verdade, a leitura do aluno brasileiro é um grande ponto de interrogação onde a problemática da leitura apresenta-se como enigma que não oferece pistas dadas pela pesquisa e nem condições estruturais concretas para a sua resolução. Será que o não

desenvolvimento ou regressão na área da leitura atende a determinados interesses da dominação?

1.3 – Índice de leitura no Brasil

O desafio de acompanhar a globalização requer investimento na formação profissional. Atualmente, o Brasil anseia por alavancar o seu desenvolvimento econômico e industrial. Porém torna-se necessário à revisão da estrutura educacional existente no país.

A falta de acesso da população as diversas formas de manifestações culturais, afeta a formação educacional dos indivíduos, assim implica na educação, tornando-a carente de qualidade. As condições intelectuais, afetivas e econômicas que permitem o contato com o patrimônio cultural, artístico e científico, evidentemente necessitam está à disposição de toda a sociedade.

Segundo o INAF (2001), há a constatação de que a maioria da população possui dificuldade de interpretação. A exclusão cultural, a ausência do convívio do texto escrito e como à prática da leitura desencadeia as dificuldades da interpretação.

O livro como agente relevante na educação, contribui para a qualidade de ensino e para a superação da dificuldade de interpretação; há muito tempo os livros didáticos vêm sendo distribuídos gratuitamente. Porém durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, na gestão do ministro Paulo Renato Souza, houve mudanças em relação ao campo das políticas voltadas para o ensino fundamental. Neste momento houve a priorização desse nível de ensino. O Fundef¹, valorizou o professor quanto ao salário e a sua formação profissional. A busca da qualidade passou a fazer parte das propostas do Ministério da Educação (MEC). O livro de qualidade que contém texto escrito, que proporciona ao leitor as condições de autonomia, foi o recurso valorizado pelo MEC. Aos professores foi ofertado os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), assim dando oportunidade de estudo e leitura, porém sentiu-se necessidade de criar-se uma ação posterior, os parâmetros em ação, para atender a exigência de prática da leitura e escrita, entre os professores.

¹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, mecanismo de organiza o financiamento do Ensino Fundamental, com base num valor mínimo de custo por aluno.

Ao observar a relação com a última geração de reformas no mundo, o projeto do ensino médio no Brasil expressa a contemporaneidade, e tem a ousadia de ser prospectivo. Mesmo considerando os obstáculos a serem superados, uma proposta curricular que se pretende atualizar deverá incorporar como um dos seus eixos as tendências apontadas para o século 21.

A nação anseia por superar privilégio, entre eles os educacionais; a economia demanda recursos humanos mais qualificados (Pisa, 2000.)

A sociedade brasileira almeja uma educação de qualidade, que seja capaz de atender as necessidades existentes, ou seja, proporcionar ao educando, oportunidade de ampliar seu conhecimento, questionar as ações governamentais, permitir um desenvolvimento, onde o sujeito seja capaz, de guiar seu aprendizado, assim devem permitir a participação efetiva do indivíduo na sociedade.

De acordo com o cenário mundial, o Brasil encontra-se em uma situação preocupante, com relação ao sistema de ensino, pois o ensino de boa qualidade ainda não é oferecido a todos. No entanto, sob o ponto de vista da vontade nacional expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Brasil pode reverter esse quadro atual com atitudes que oportunizem o incentivo de recursos, compromisso na criação de novas formas de organização institucional, curricular e pedagógica, como também criatividade e dinamismo na execução da meta de superar o estado existente.

Ao analisar os resultados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) 2001, da pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa, põe em evidência um tema que tem se mostrado central nos debates atuais sobre o gosto pela leitura e inclusive à formação do leitor.

Segundo INAF (2001), contrariando um discurso corrente sobre o desinteresse dos brasileiros pela leitura e sobre sua baixa familiaridade com os livros, 67% dos entrevistados dizem gostar de ler: 32% gostam muito e 35% gostam um pouco. A pergunta feita nessa entrevista foi a seguinte – “O (a) senhor (a) gosta ou não gosta de ler para se distrair ou passar tempo” - é importante lembrar que o questionamento realizado foi sobre a distração e o passa tempo, sabemos que são variados os motivos que levam o

indivíduo à leitura. Os resultados alcançados foram positivos; caso a pergunta realizada fosse – “Você acha que ler é relevante para sua vida?” - provavelmente os índices positivos seriam maiores.

Segundo a pesquisa Retrato da leitura no Brasil² (2001), os dados alcançados a cerca da importância e interesse da leitura, obteve resultados significativos: 89% vêem nos livros um meio eficaz de transmissão de idéias; 78% gostam de ler livros; 62% leram ou consultaram livros em 2000; 30% leram livros nos três meses que antecederam a pesquisa; 14% estavam lendo um livro no dia da entrevista.

Observando os resultados das pesquisas citadas acima, conclui-se: que não mais é preciso que se façam campanhas para divulgar a importância da leitura e para estimular o “hábito” de ler. , pois as pessoas já sabem disso. Se fazer campanhas parece inócuo, reafirmando o que todos já conhecem, mais importante seria difundir o acesso à educação escolar.

De acordo com o INAF (2001), a relação direta entre escolarização e gosto pela leitura: 22% dos que estudaram até a 4ª série dizem gostar muito de ler; dentre os que passaram pelo segundo segmento do Ensino Fundamental, os índices sobem para 33%; entre os que estiveram no Ensino Médio, os números vão a 40%, chegando a 62% entre os universitários.

Conforme o INAF (2001), pesquisa sobre os materiais que as pessoas gostam de ler para se distrair ou passar o tempo, foram selecionados seis itens, 49% indicam revistas, 44% indicam jornais e 43% bíblia, livros sagrados ou religiosos. Os livros são mencionados: 34%. Os gibis e as revista em quadrinhos obtiveram o baixo percentual de 11%.

Outro ponto importante das pesquisas realizadas pelo INAF (2001), foi a idéia da biblioteca como espaço institucional para o uso coletivo de livros e, conseqüentemente do direito à leitura que não esta presente na sociedade brasileira.

² Realizada por A. Franceschini Análises de Mercado a pedido a CBL (Câmara Brasileira do Livro) e outras instituição, entre 10 de dezembro de 2000 a 25 de janeiro de 2001.

Levando em consideração essa situação foi lançada a seguinte pergunta: “com que frequência costuma ir a alguma biblioteca ou outro lugar que empresta livros ou outros materiais?” As respostas obtidas foram 31% dos entrevistados dizem retirar livros em bibliotecas ou em outros lugares. 69% nunca retiram livros. Quanto aos índices de consulta a livros e jornais ou revistas nesses locais, o quadro é muito próximo: 36% e 33%, respectivamente, afirmam lêem ou consultam livros e jornais sempre ou às vezes. Quando mais alto a classe social maior essa prática. Nas classes D e E, 78% dos entrevistados nunca retiram livros, 73% nunca vão a biblioteca ou outros lugares para ler ou consultar livros e 75% nunca vão para ler ou consultar revistas e jornais.

A relevância de pesquisas sobre hábitos e práticas de leituras no Brasil tornou-se importante para o desenvolvimento humano e para inserir-se dentro do universo social. Assim considerando a valorização da escola pública e capacitação do educador, do hábito da leitura e a importância das bibliotecas e outras instituições afim de tornar o cidadão um leitor assíduo.

Portanto a formação do leitor requer condições ideais de desenvolvimento e fortalecimento da cultura em torno da pessoa e do grupo a qual ela pertence, favorecendo oportunidades diversificadas de acesso aos bens culturais. Assim, as políticas educacionais devem trazer e integrar a cultura nas ações pedagógicas.

CAPÍTULO II

2 - LETRAMENTO

O que seria de fato LETRAMENTO? Essa pergunta atualmente traz inquietação aos mais diversos profissionais da educação, psicólogos, lingüistas e a sociedade segundo Silvia M. Gasparian Colello. Durante muito tempo a alfabetização foi entendida como mera sistematização do “B + A = BA”, isto é, como a aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas. Em uma sociedade constituída em grande parte por analfabetos e marcada por reduzidas práticas de leitura e escrita, a simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

Segundo Soares (2001), final do século XX impôs a praticamente todos os povos a exigência da língua escrita não mais como meta de conhecimento desejável, mas como verdadeira condição para a sobrevivência e a conquista da cidadania. Foi no contexto das grandes transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que o termo “letramento” surgiu, ampliando o sentido do que tradicionalmente se conhecia por alfabetização.

Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um individuo, ou grupo de indivíduos o letramento focaliza os aspectos sócio-histórico da aquisição de uma sociedade. (TFOUNI, 1995)

A importância em distinguir as práticas escolares de ensino da língua escrita e a real função social das variadas manifestações escritas em cada comunidade. KLEIMAN, procurou definir o letramento como:

... um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnológico, em contextos específicos. As práticas específicas da escola, que fornecem o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizados ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática - de fato dominando – que

desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (KLEIMAN, 1995, p 19).

O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o “impacto social da escrita” (Kleiman, 1995) dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destaca a importância da individualidade no desenvolvimento da escrita. A construção da linguagem escrita apresenta-se relacionada à interação social ao uso e conhecimento do objeto escrito, por sua vez, a linguagem modifica o sujeito e sua interação como o mundo.

O desenvolvimento da linguagem escrita e do processo de letramento mostra-se dependente, do grau de letramento da instituição familiar a que pertence.

2.1 – Como definir?

Letramento é uma tradução da palavra inglesa “literacy” que pode ser traduzida como a condição de ser letrado.

Existe um consenso entre vários autores que definem letramento como a prática social da leitura e escrita.

Segundo Hamelia Hamze, letrado é aquele que sabe ler e escrever, respondendo adequadamente as demandas sociais da leitura e da escrita, é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir selecionando o que desperta interesse.

Segundo Magda Becker Soares em entrevista ao jornal do Brasil em novembro de 2000, o que levou os pesquisadores ao conceito de letramento em lugar do de alfabetização foi o reconhecimento de que o conceito de alfabetização tornou-se insatisfatório, e devido à preocupação com o analfabetismo funcional (terminologia que a Unesco recomendou nos anos 70 e que o Brasil passou a utilizar somente a partir de 1990, segundo a qual a pessoa apenas sabe ler e escrever, sem saber fazer uso da leitura e da

escrita), ou com o iletrismo, que seria o contrário de letramento, é um fenômeno contemporâneo, presente até no primeiro mundo; isso ocorreu pois as sociedades do mundo inteiro, tornaram-se cada vez mais centradas na escrita e a cada momento, multiplicam-se as demandas por práticas de escrita e de leitura não só na chamada cultura do papel, mas também na nova cultura da tela, com os meios eletrônicos, que ao contrário, do que se costuma pensar, utilizam-se fundamentalmente da escrita, são novos suportes da escrita. Assim nas sociedades letradas, ser alfabetizado é insuficiente para vivenciar plenamente a leitura escrita e vivenciar as demandas de hoje.

Também segundo Magda Becker Soares letramento é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive: sabe e lê jornais, revistas, livro, sabe ler e interpretar tabelas, quadros formulários, sua carteira de trabalho, suas contas de água, luz e telefone sabem escrever e escreve cartas, bilhetes, telegrama sem dificuldades, sabe preencher um formulário, sabe redigir um ofício, um requerimento e outros.

Existem diferentes conceitos de letramento, conceitos que variam segundo as necessidades individuais, sociais e históricas. Um conceito definitivo não pode ser concluído, pois o mesmo apresenta-se envolvido em constantes discussões, portanto restringir o letramento a um conceito fechado não é possível. O letramento tem caráter revolucionário visto que possui uma tendência contemporânea, sobre tudo em países desenvolvidos.

Almejar uma sociedade letrada requer investimentos na formação educacional do sujeito tornando o capaz de interpretar o que ler, expressar sua opinião, ou seja, tornando o consciente de sua situação participação na comunidade na qual esta inserido.

2.2 - Como avaliar e como medir?

Ao discutir sobre letramento, torna-se difícil uma definição pois, enfrenta-se carência de uma condição essencial para avaliar e medir; atualmente são realizadas

diversas pesquisas, ora por amostragem, ora por censos escolares, porém sabemos que são dados imprecisos.

O letramento apresenta-se como problema existente em países desenvolvidos, onde entende-se por ser iletrado ter dificuldades para ler e escrever, já nos países onde o índice de desenvolvimento é baixo verifica-se o conceito de letramento compreendido com alfabetização, sendo o indivíduo não letrado analfabeto.

As principais tentativas de enfrentamento deste problema são: a avaliação e a medição do letramento em contextos escolares e sociais.

Nas sociedades atuais o sistema escolar encontra-se responsável por promover o letramento. No processo de escolarização o letramento deve se apresentar não apenas como objetivo e produto do sistema escolar, porém como processo contínuo, propondo a aquisição de habilidades, de conhecimentos, de usos sociais e culturais da leitura e da escrita. O trabalho escolar deve dispor de acesso dos alunos às tecnologias das sociedades letradas permitindo formar cidadãos atuantes e conscientes do seu poder na sociedade.

Ao relacionar letramento e escolarização mais o controle que a expansão do conceito de letramento, e seus efeitos sobre a avaliação e medição do letramento.

De acordo com Magda Soares (2001) os critérios segundo os quais os testes de avaliação e medição são construídos é o que define o que é letramento em contextos escolares: um conceito restrito e fortemente controlado, nem sempre condizente com as habilidades de leitura e escrita e as práticas sociais necessárias fora das paredes das escolas.

Nos países em desenvolvimento com divisões sociais marcantes, os padrões de letramento definidos pelas escolas variam de acordo com o status social e/ou econômico do aluno, tornar-se letrado ou apenas alfabetizado numa escola de classe alta diferente de tornar-se letrado ou alfabetizado em uma escola da classe trabalhadora. Lankshear (1987), “A transmissão e a prática do letramento na escola contribuem para a manutenção de padrões desiguais de distribuição de poder e de vantagens dentro da estrutura social”.

Os critérios definidos através da escola para avaliar e medir as habilidades de leitura escrita, mostra-se como conceito limitado para atender a realidade das práticas sociais que envolvem a língua escrita, além do ambiente escolar, ou seja, a importância dessas práticas para os sujeitos pois constroem relações entre trabalho, identidade, mobilização social e consciência do poder de decisão.

Os censos populacionais possuem influência nos critérios de avaliação e medição do letramento, pois, coletam dados sobre letramento basicamente através de um de dois processos: o primeiro é a auto-avaliação, onde o próprio informante responde se é alfabetizado, letrado, ou se é analfabeto, iletrado; o segundo é a obtenção de informação sobre a conclusão, ou não pelo informante de uma determinada série escolar, ou seja, a obtenção de dados sobre a escolarização formal.

A opção entre coletar dados sobre o letramento através da auto-avaliação ou de identificação de nível de escolarização depende do nível de desenvolvimento social e econômico da sociedade e também de seu sistema escolar. Ao observar os países em desenvolvimento verifica-se a escolha da coleta de dados através do processo de auto-avaliação, onde a maior fração é realizada pelo próprio informante sobre suas habilidades de leitura e escrita.

Nos países desenvolvidos, geralmente utiliza-se de dados sobre nível de escolarização para aferir o grau de letramento da população: considera-se necessária a conclusão de um certo número de escolarização formal para caracterizar a população letrada.

A primeira deficiência detectada na auto-avaliação é a aplicação errônea do conceito de letramento mais amplamente utilizada em censos demográficos. Em 1978 a Unesco definiu como pessoa letrada “aquela que consegue tanto ler quanto escrever uma frase simples e curta sobre sua vida cotidiana”. Com objetivo de evitar contradições sobre o significados de letramento as perguntas são simples, como por exemplo: ‘você sabe ler e escrever?’

O letramento ao ser definido, avaliado e medido por anos de escolarização apresenta algumas vantagens conceituais em comparação com a auto-avaliação. O critério utilizado em números de escolaridade tem como aspecto positivo o reconhecimento de que o letramento é uma série de competências e práticas, distinguindo assim o letramento do analfabetismo.

O levantamento realizado por amostragem é uma alternativa para assegurar uma aferição mais precisa da extensão e qualidade do letramento na população, pois, pode avaliar e medir em profundidade tanto as habilidades de leitura e escrita, através de provas e testes, quanto ao uso cotidiano dessas habilidades, através de questionários estruturados; podendo fornecer dados sobre as dimensões individual e social do letramento.

Magda Soares (2001) comenta que, na verdade, o que os levantamentos por amostragem buscam identificar é o letramento funcional em lugar de considerar o letramento como uma característica que as pessoas têm ou não tem, como fazem os levantamentos censitários, os levantamentos por amostragem buscam identificar a prática real das habilidades de leitura e escrita e a natureza e a frequência do uso social dessas habilidades. Assim os levantamentos por amostragem têm por objetivo avaliar e medir os níveis de letramento, e não apenas o nível básico “ser capaz de ler e escrever”.

A real necessidade de avaliar e medir o letramento, valoriza as questões por amostragem, prática usada pelos países em que já se alcançou nível básico de letramento, reconhece, portanto que é necessário identificar habilidades de leitura e escrita e também seu uso no contexto social no qual o sujeito está inserido.

As pesquisas por amostragem sobre o letramento propiciam uma abordagem multidimensional do letramento e avaliando habilidades e práticas de leitura e de escrita através de uma medição direta, essas pesquisas podem fornecer dados mais refinados e confiáveis sobre a extensão e natureza do letramento na população do que outros procedimentos de coleta de dados.

Apesar de não haver uma concordância sobre o conceito de letramento é fundamental que este seja avaliado e medido, pois, é a única forma de obter dados sobre este fenômeno, dados que são necessários para fins teóricos e práticos.

Três argumentos justificam a necessidade de definir índices de letramento através da medição e avaliação:

- i. Primeiro, o índice de letramento de uma comunidade, grupo social é um dos indicadores básicos do progresso de um país ou comunidade.
- ii. Segundo, os índices de letramento são extremamente úteis para fins de comparação entre país ou entre comunidades, respondendo assim, a uma importante preocupação nacional e internacional com o cotejo de dados econômicos e sociais.
- iii. Terceiro, os índices de letramento são imprescindíveis tanto para a formulação de políticas quanto para o planejamento, a implementação e o controle de programas, não apenas programas de letramento, mas também programas de bem estar, em geral.

Ao enfatizar a possibilidade e a necessidade de formulação de definições sobre letramento, conclui-se que mais importante que a coleta de dados é a interpretação destes. Ao avaliar e medir o letramento e suposições equivocadas podem ocorrer, portanto, é fundamental análise e associação aos indicadores demográficos, sócio-econômicos, culturais e políticos.

O sistema escolar influencia o conceito de letramento e possui valor social, utilização e função como também avaliação e medição e interpretação de dados.

As questões relativas sobre letramento necessitam de indagações e reflexão, portanto, ao avaliar e medir o letramento, ocorre a formulação de políticas de alfabetização e letramento, assim proporcionando o seu desenvolvimento.

CAPÍTULO III

3 – LETRAMENTO, ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

3.1 - Semelhança e diferenças entre letramento, alfabetização e escolarização

A alfabetização e letramento trazem as seguintes diferenças: alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o letrado é aquele que sabe ler, escrever e que responde conforme as demandas sociais da leitura. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais para entrar no universo da escrita e leitura, é necessário à combinação dos dois processos: o de alfabetização que é pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita; e o de letramento que significa colocar a criança no mundo letrado, trabalhando com os distintos usos da escrita na sociedade.

O letramento é marcado pela proficiência em leitura, onde o sujeito letrado, deve ser capaz de fazer uso e compreensão de textos escritos e os utilizar para reflexão a fim de alcançar objetivos pessoais, proporcionar o desenvolvimento do conhecimento desta maneira tornando-se participativo na sociedade.

Essa inclusão acontece muito antes da alfabetização, quando a criança começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no seu mundo social. Daí a importância de integrar a criança socialmente desde os primeiros meses de vida, pois dessa forma desenvolverá aspectos de leitura eficaz muito antes da alfabetização. O letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

Em termos sociais mais amplos, o letramento é apontado como sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro de uma visão dialética, torna-se uma causa de transformações históricas profundas, como o aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio, e da sociedade industrial como um todo (TFOUNI, 1995)

Alfabetização e Letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo em que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele.

No tocante, a aparente simplificação com que são tratados os temas Alfabetização e Letramento, pode se dizer que a inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia, denominada alfabetização, e por meio do desenvolvimento de competências de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita, que se chama letramento.

De acordo com esse sentido, definiu-se alfabetização, como o processo de aquisição da tecnologia da escrita, isto é do conjunto de técnicas necessárias para a prática da leitura e da escrita. Em resumo a alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilização para ler e para escrever, ou seja: o domínio da tecnologia, para exercer a arte e ciência da escrita.

Já o letramento denomina-se como o exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos. Esses objetivos serão atingidos por meio das habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor e outros.

Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. Alfabetização, não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é para a participação

em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter um certo nível de letramento; não tendo adquirido a tecnologia da escrita, utilizam-se de quem a tem para fazer uso da leitura e da escrita; além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigoram atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida não, como em concepções anteriores, com textos construídos artificialmente para a aquisição das técnicas de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita.

Diferenciar alfabetização e letramento é um equívoco porque, o quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – alfabetização, pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis; a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

Ao mencionar os temas letramento e alfabetização devemos levar em consideração outro importante vínculo que completa o círculo de discussão que é a escolarização. A palavra escolarização é um substantivo derivado do verbo escolarizar, já a escolarização no contexto da educação significa, escolarizar um conhecimento, uma prática social, um comportamento, ou seja, o ato ou efeito de escolarizar.

O vínculo entre alfabetização e escolarização, mais que o vínculo entre letramento e escolarização, é considerado natural e inquestionável, para o senso comum e para educação, a escola é o local onde se ensina e se aprender a tecnologia da escrita. A relação entre alfabetização e escolarização, é tão forte que alfabetização escolar, apenas uma das possíveis modalidades de alfabetização, é considerada o padrão para todas as demais modalidades; de forma, é a alfabetização escolar que legitima toda e qualquer atividade que vise à aprendizagem da leitura e da escrita. O processo de alfabetização é visto como

o componente essencial da escolarização, ou seja, até mais, chegando a ser confundido com a escolarização.

Já o vínculo entre letramento e escolarização não parece tão natural e óbvio quando o vínculo entre alfabetização e escolarização; ao contrário esse é mais aceitável entre letramento e alfabetização. Nesse contexto as relações entre escolarização e letramento parecem conduzir a um paradoxo: de um lado, há diferenças significativas entre o letramento escolar e o letramento social; de outro lado, há uma correlação positiva entre grau de instrução e níveis de letramento. Em outras palavras: considera as diferenças entre os eventos e práticas escolares de letramento, não se poderia esperar que o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de leitura e de escrita, pelo processo de escolarização habilitasse os indivíduos à participação efetiva e competente nos eventos e práticas sociais de letramento; no entanto os dados mostram que, de maneira significativa, embora não absoluta, quanto mais longo o processo de escolarização, quanto mais os indivíduos participam de eventos e práticas escolares de letramento, mais bem sucedidos são nos eventos e práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

A decorrência dessa diferença entre alfabetização e letramento é que, enquanto as relações de alfabetização e escolarização se evidenciam com relativa clareza e facilidade, as relações entre letramento e escolarização encobri-se com imprecisão e complexidade. Advém disso a dificuldade de estabelecer confronto ou comparação entre as medidas de letramento e o processo de escolarização.

CAPÍTULO IV

4 – ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi realizado com 25 alunos de uma turma de 4ª série da escola classe 16 do Gama sobre a avaliação e medição do letramento.

A avaliação aplicada constitui-se de um texto informativo, 4 questões de múltipla escolha e 2 dissertativas.

A partir deste texto, foram elaborados os cinco itens que serão apresentados e comentados a seguir.

QUEM TEM MEDO DE ARANHA?

A maior parte das pessoas tem pavor de aranhas. Mas não de uma aranha magrinha. Em geral, só temos medo daquelas aranhas enormes e bem peludas. Sorte das pequenas e azar nosso.

Muito usadas em filmes de terror, as aranhas peludas, como a caranguejeira, e o escorpião ganharam fama de maus. Pois saiba que as aranhas mais venenosas e cuja picada pode trazer problemas para você são as pequenas. E o escorpião, ao contrário do que se divulga, só ataca quando é machucado – um pisão, por exemplo.

A caranguejeira não possui veneno potente, capaz de fazer mal ao ser humano. Mas é bom respeitá-la, como às demais aranhas, pois elas comem muitos insetos, impedindo, com isso, o crescimento exagerado deles.

Fonte: Revista Zá, Ano II, n.º 21, maio 1998. p. 40

O texto, escrito em linguagem adequada ao gênero informativo, procura estabelecer uma relação direta com o leitor, pretendendo desfazer o mito de que as aranhas

grandes e peludas são as mais perigosas. A linguagem utilizada apresenta características sintáticas e vocabulares próprias da modalidade escrita da língua, a linguagem é simples e de fácil entendimento. Supõe-se que os alunos da 4ª série já tenham entrado em contato com material informativo em situações de interação social.

QUESTÃO 01

Qual das afirmativas abaixo descreve uma característica, do medo que as pessoas apresentam de aranhas.

- a) () As pessoas possuem medo de qualquer tipo de aranha, inclusive as pequenas.
- b) () As pessoas demonstram medo de aranhas, apenas quando assistem filme.
- c) () As aranhas grandes e peludas despertam medo nas pessoas.
- d) () O medo apresentado pelas pessoas das aranhas, pequenas e grandes é o mesmo.

Análise da questão:

Subescala: identificação/ recuperação de informação no texto.

Objetivo da questão: recuperar informação (percorrer o texto para localizar uma informação fornecida explicitamente).

Tipo de questão: múltipla escolha.

O aluno deveria escolher, entre as alternativas apresentadas, a alternativa C: 'As aranhas grandes e peludas despertam medo nas pessoas', que corresponde a descrição de uma característica do medo que as pessoas apresentam das aranhas.

Desempenho dos alunos neste item:

Alternativa A: 24% (6 alunos)

Alternativa B 0%

Alternativa C: (correta) 68% (17 alunos)

Alternativa D: 4% (1 aluno)

Não responderam:4% (1aluno)

Comentários: a identificação da alternativa correta exigia apenas uma leitura atenta do texto, o que serviria não só para recuperar a informação solicitada, como para eliminar as alternativas incorretas. O que chama a atenção, na verdade, com relação aos dados de desempenho da questão é o percentual de escolha da alternativa A por parte dos alunos (24% = 6 alunos). O que isso parece indicar - mais do que alguma dificuldade de leitura e interpretação deste texto, que não oferece problemas particulares - é que a maioria dos alunos que optaram pela alternativa A sequer leu o texto, tendo escolhido, entre as alternativas apresentadas, aquela que parecia corresponder a uma interpretação do senso comum.

QUESTÃO 02

Podemos falar sobre o conteúdo de um texto (do que ele fala).

Podemos falar do estilo de um texto (o modo como é apresentado).

O autor ao escrever o texto procurou atribuir a ele informação, tornando-o interessante e desfazendo mito.

Você acha que ele conseguiu?

Justifique sua resposta referindo-se a detalhes específicos das informações transmitidas.

Análise da questão:

Subescala: reflexão

Objetivo da questão: refletir sob a forma de um texto (identificar os elementos relacionando o estilo e o propósito de um texto).

Tipo de questão: resposta aberta.

O aluno deveria responder afirmativamente ou não à pergunta feita sobre a relação entre estilo e objetivo do texto, justificando sua resposta com elementos retirados do próprio texto.

Desempenho dos alunos:

Crédito completo: 28% (7 alunos)

Crédito parcial:20% (5alunos)

Nenhum crédito: 32% (8alunos)

Não respondeu: 20% (5 alunos)

Comentários: há vários aspectos a comentar com relação ao desempenho nesta questão. Em primeiro lugar, os alunos necessitavam diferenciar o estilo e o conteúdo do texto, verifica-se que as respostas que obtiveram crédito completo demonstram esta diferenciação, como também os alunos conseguiram refletir sobre o objetivo proposto pelo autor. Os 20% (5 alunos) que obtiveram crédito parcial, verifica-se que ofereceram respostas que vinculam o conteúdo do texto aos seus objetivos perdendo a questão central do item que é, a da relação entre estilo e objetivos do texto. O significativo percentual de alunos que não receberam crédito algum no item: 32% (8 alunos) chama a atenção, pois, o modo como os alunos lêem os textos e deles extraem informações básicas para uma reflexão posterior deixa muito a desejar. Outra observação importante é o alto percentual de alunos que não responderam a questão.

QUESTÃO 03

Este texto sugere que devemos respeitar os insetos, pois eles possuem grande importância para a natureza. Portanto as aranhas devem ser:

- a) () Afastas das pessoas, por meio de venenos.
- b) () eliminadas, pois trazem problemas para as pessoas, devido, a picada conter veneno.
- c) () Respeitadas pelas pessoas, assim permitindo o convívio delas com os insetos, pois, elas os comem
- d) () Atacadas, pois ao picar soltam veneno que transmitem doenças, podendo, a pessoa picada chegar a morte.
- e) () Tanto as aranhas como os escorpiões são perseguidos e mortos, assim permitindo que as pessoas não corram riscos de serem picadas.

Análise da questão:

Subescala: interpretação

Objetivo da questão: desenvolver uma interpretação

Tipo de questão: múltipla escolha

O aluno deveria escolher, entre as alternativas apresentadas, a alternativa C: “Respeitadas pelas pessoas, assim permitindo o convívio delas com os insetos, pois, elas os comem”.

Desempenho dos alunos:

Alternativa A:16% (4alunos)

Alternativa B:16% (4 alunos)

Alternativa C:48% (12 alunos)

Alternativa D:8% (2 alunos)

Alternativa E:12% (3alunos)

Comentários: sobre o desempenho neste item, o que merece comentário é a distribuição homogênea das opções por duas das alternativas erradas A e B e um percentual não desprezível pela opção E. isso parece indicar, mais uma vez, que, excetuando-se os alunos que efetivamente foram buscar no texto os elementos para a escolha da alternativa correta (48% = 12 alunos). A maior parte dos alunos selecionou as opções A,B,D e E sem auxílio do texto. De fato, cada uma destas alternativas parece atraentes aos alunos. De qualquer forma, é necessário insistir no que realmente importa, no contexto destas observações: o texto no qual se baseia este item não oferece dificuldade particular em termo de leitura e interpretação, portanto a escola necessita desenvolver atividade de leitura que permitam a sua competência e assim permitindo o exercício da cidadania na sociedade letrada.

QUESTÃO 04

Parte do texto diz:

Quem tem medo de aranha?

A maior parte das pessoas tem pavor de aranhas.

Segundo a leitura que você fez do texto é necessário ter medo de aranha? E por quê?

Análise da questão:

Subescala: reflexão

Objetivo da questão: refletir sobre o conteúdo de um texto (avaliar a pertinência de uma seção do texto em relação ao seu significado e propósitos gerais).

Tipo de questão: resposta aberta.

O aluno deveria concordar ou não com determinada avaliação acerca da pertinência de um dos enunciados constantes do texto, explicando sua resposta.

Desempenho dos alunos:

Crédito completo: 32% (8 alunos)

Crédito parcial: 24% (6 alunos)

Nenhum crédito: 24% (6 alunos)

Não responderam: 20% (5 alunos)

Comentários: nesta questão avaliou-se a capacidade de apreensão da mensagem do texto, pois, o autor procurou desfazer o medo que as pessoas possuem de aranhas, entretanto (24% = 6 alunos) não obtiveram crédito algum nas respostas, o que demonstra dificuldade em entenderem e priorizarem a mensagem do texto. o percentual não desprezível de alunos que não responderam a questão foi o mesmo da questão número 2.

QUESTÃO 05

De acordo com o texto, qual a função das aranhas?

- a) () Picar as pessoas e transmitir doenças.
- b) () Comer outros insetos e impedir o crescimento exagerado deles.
- c) () As aranhas peludas e grandes são muito importante, pois atacam os escorpiões.
- d) () As aranhas devem comer outros insetos e assim permitir o crescimento exagerado deles.

Análise da questão:

Subescala: interpretação

Objetivo da questão: refletir sobre o conteúdo (aplicar um conjunto de critérios presentes em um texto à situações semelhantes).

Tipo de questão: múltipla escolha

O aluno deveria escolher, entre as alternativas apresentadas, a alternativa B “Comer outros insetos e impedir o crescimento exagerado deles”.

Desempenho dos alunos:

Alternativa A: 20% (5 alunos)

Alternativa B: 60% (15 alunos)

Alternativa C: 4% (1 aluno)

Alternativa D: 16% (4 alunos)

Comentários: com relação ao desempenho neste item, o que merece comentário é o grande percentual de respostas corretas, visto que compreenderam a importância das aranhas para o meio no qual vivem. Verifica-se também a porcentagem de alunos que optaram pela alternativa A que nada tem haver com a mensagem do texto, os alunos que optaram pela alternativa D cometeram erro de interpretação.

QUESTÃO 06

Qual seria a atitude correta frente a seguinte circunstância:

“Márcia viajou para um sítio e subiu no pé laranja e percebeu que havia várias aranhas peludas e grandes”.

- a) () Jogou veneno nas laranjas a fim de matar as aranhas.
- b) () Ateu fogo na árvore, pois, as aranhas poderiam picá-la.
- c) () Não fez nada, optou por respeitar as aranhas.

Análise da questão:

Subescala: interpretação

Objetivo da questão: refletir sobre o conteúdo do texto e a sua aplicação em um caso concreto.

Tipo de questão: múltipla escolha

O aluno deveria escolher, entre as alternativas apresentadas a letra C: “Não fez nada, optou por respeitar as aranhas”.

Desempenho dos alunos:

Alternativa A:12% (3 alunos)

Alternativa B: 0%

Alternativa C:88% (22 alunos)

Comentários: os alunos obtiveram excelente resultado nesta questão e demonstraram ter compreendido a real necessidade do respeito pelas aranhas.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve por finalidade alcançar os objetivos propostos; esclarecer os conceitos de letramento e, alfabetização, distinguir letramento, alfabetização e escolarização; como também relacioná-los. Identificar, por meio de pesquisas, os índices de leitura no Brasil, bem como a prática desta.

O trabalho foi gratificante porque à medida que líamos cada livro, cada estudo realizado reconhecíamos algumas fragilidades da escola brasileira, dentre elas, a carência de bibliotecas. Por isso, talvez, o gosto pela leitura, ainda que sua prática seja atropelada por questões políticas, é acentuada, e o brasileiro, mesmo aquele que não lê, reconhece o seu valor.

A educação anseia por melhoria em sua qualidade, o que pode ser alcançado com mudanças nas políticas educacionais como abertura de bibliotecas, investimentos na formação profissional do educar, proporcionar maior acesso aos livros e materiais impressos.

As pesquisas realizadas pelo INAF demonstram que há relação direta de escolarização e gosto pela leitura, à medida que o indivíduo passa mais tempo nas instituições acadêmica maior é o gosto pela leitura e sua prática.

O letramento, como foi demonstrado anteriormente não possui um conceito rígido, fechado mais assim amplo aberto à discussão. Essa prática letramento apresenta-se extremamente importante para a formação do indivíduo enquanto cidadão. Sabe-se que o letramento continua ocorrendo durante toda a vida do sujeito. O letramento é um processo contínuo, portanto sua avaliação e medição não podem ocorrer em um único momento.

A leitura é um instrumento importante para elevar o alfabetismo de um país, porém, esta necessita ser acompanhada de interpretação e reflexão a fim de somar-se e contribuir para o letramento.

A sociedade anseia pela prática social da leitura e escrita, assim, atendendo aos interesses individuais, sociais e políticos.

Propomos a sociedade o gosto pela mudança e luta, pois, sabemos que como cidadãos temos o poder, de “fazer valer o nosso direito”. Acreditamos que o Brasil pode e quer alavancar seu progresso e entendemos que o cuidado e atenção às nossas crianças, futuros cidadãos, deve ser prioridade, assim permitindo o sonhado desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: FAPESP, 1999.

ABREU, Márcia *et al.* **Leituras No Brasil: antalogia comemorativa pelo 10º COLE**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES – PISA. Relatório Nacional. Brasília. 2001. Disponível em < www.inep.gov.br>. Acesso em 10 de setembro.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **De Olhos Abertos: Reflexões Sobre o Desenvolvimento da Leitura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

SMITH, Frank. **Leitura Significativa**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SOARES, M. **LETRAMENTO: Um Tema Em Três Gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RIBEIRO, V. M. (org). **LETRAMENTO NO BRASIL: Reflexão a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003.

ROJA, R. (org). **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Perspectivas Lingüísticas**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

ROJO, R *et al.* (org). **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

TFOUNI, L.V. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.